ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO PARA INVESTIDURA EM CARGO EFETIVO

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob n. _____, para fins de investidura em cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, declaro que:

1. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO

1.1 Nos últimos 5 (cinco) anos meu(s) domicílio(s) (eleitoral, residencial e atividade profissional) foi(foram) no(s) município(s) de:
(Cite todos os municípios em que viveu, trabalhou ou teve título de eleitor no período)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

2. DECLARAÇÃO SOBRE EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

2.1 ☐ Estou ciente sobre as vedações à acumulação de cargos, empregos e funções públicas, bem como acerca das exceções permitidas, de acordo com o disposto no art. 24 da Constituição do Estado de Santa Catarina e no art. 37, XVI, da Constituição da República.

(Preencha apenas o campo condizente com sua situação)

2.1.1 ☐ **Não recebo proventos de aposentadoria e não exerço cargo, emprego ou função pública** em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal).

2.1.2 ☐**Exerço cargo, emprego ou função pública** de _____ na instituição _____, da esfera _____, vinculado ao Regime de Previdência

, e declaro que requeri exoneração do cargo que ocupo:

☐ a partir da data da minha posse no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

☐ a partir de .

(Caso assinalado o item 2.1.2, a data de exoneração acima indicada deve também ser preenchida, na coluna referente à data de exoneração, no item 3.2 desta declaração, na linha referente ao cargo atual).

2.1.3 ☐**Exerço o cargo, emprego ou função pública** de na instituição , da esfera , com jornada semanal de horas, não comprometendo a minha posse, no cargo para o qual estou sendo nomeado no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

2.1.4 ☐**Recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública** de da instituição , da esfera , e declaro que solicitarei o cancelamento do benefício a partir da data da minha posse no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e apresentarei a comprovação no prazo de 15 dias, a contar da posse, sob pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação.

2.1.5 ☐**Recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública** de da instituição , da esfera , não comprometendo a minha posse, no cargo para o qual estou sendo nomeado no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

3. DECLARAÇÃO SOBRE PENALIDADE NO EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

(*Preencha apenas a opção condizente com sua situação*)

3.1 ☐Nunca exerci cargo, emprego ou função pública até o presente momento.

3.2 ☐ Exerci o(s) seguinte(s) cargo, emprego ou função pública:

Cargo	Cargo efetivo? (SIM ou NÃO)	Instituição	Esfera	Data exercício	Data exoneração

(Caso tenha marcado o item 3.2, preencha apenas a opção condizente com sua situação)

3.2.1 ☐ Não sofri quaisquer penalidades disciplinares no exercício dos cargos, empregos ou funções públicas acima mencionados.

3.2.2 ☐ No exercício de cargo, emprego ou função pública no(s) órgão(s) acima sofri a(s) seguinte(s) penalidade(s):

Cargo	Instituição	Esfera	Penalidade

4. DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE COM A ADVOCACIA

4.1 ☐ Estou ciente da incompatibilidade da Advocacia com o exercício de cargo no Poder Judiciário, de acordo com o disposto no art. 28, IV, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994.

(Preencha apenas o campo condizente com sua situação)

4.1.1 ☐ Não possuo registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como Advogado(a).

4.1.2 ☐ Sou inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como Advogado(a), no entanto não exercerei atividade de advocacia a partir da minha posse no cargo para o qual estou sendo nomeado(a), ainda que em defesa do próprio interesse, e me

comprometo a pedir cancelamento da minha inscrição na OAB, e enviarei o comprovante ao endereço eletrônico dgp.cargosefetivos@tjsc.jus.br, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da posse no cargo efetivo no Poder Judiciário de Santa Catarina.

5. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA

5.1 ☐ Declaro que sou servidor(a) *efetivo* do quadro de pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina e que, nos termos da Resolução GP n. 24/2013, inseri a declaração de bens e rendas no ERP – Sistema de Gestão de Pessoas, razão pela qual encaminhei, junto com a documentação necessária à nomeação, o comprovante de envio emitido pelo sistema.

5.2 ☐ Declaro que sou servidor(a) *exclusivamente comissionado(a)* do quadro de pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina e que, nos termos da Resolução GP n. 24/2013, inseri a declaração de bens e rendas no ERP – Sistema de Gestão de Pessoas, razão pela qual encaminhei, junto com a documentação necessária à nomeação, o comprovante de envio emitido pelo sistema. Além disso, estou ciente que devo juntar o comprovante de envio da declaração de bens e rendas da nova matrícula, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da posse no cargo efetivo.

5.3 ☐ Não sou servidor(a) do quadro de pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina e estou ciente da obrigatoriedade de incluir no módulo de "Declaração de Bens e Renda" do Sistema de Gestão de Pessoas, a declaração de bens conforme modelo padronizado do Poder Judiciário ou última declaração do Imposto de Renda, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da posse no cargo efetivo. Estou ciente de que deverei encaminhar o comprovante de envio emitido pelo sistema à Seção de Cargos Efetivos. **Estou ciente, ainda, que a não inclusão da documentação referida e o não encaminhamento do comprovante do envio emitido pelo sistema, no prazo estipulado, poderá tornar sem efeito o ato de nomeação.**

*As orientações sobre o procedimento de envio serão repassadas aos novos servidores durante a semana de ambientação do Programa Novos Laços.

Para mais informações acesse link a seguir: https://www.tjsc.jus.br/web/servidor/declaracao-de-bens-e-rendas?inheritRedirect=true

, **de** **de** .

_____

(Assinatura – assinar nesta página e rubricar nas demais)